

História e Linguagens

Oswaldo Mariotto Cerezer

UNEMAT

Correio eletrônico: omcerezer@hotmail.com

LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jathay (orgs). *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. 2006. Rio de Janeiro, 7 Letras.

Nesta resenha serão analisados os textos “Escrever a História, domesticar o passado”, de Manoel Luiz Salgado Guimarães; “Dos intérpretes aos especialistas: a gramaticalização e a dicionarização das línguas indígenas da América portuguesa e Hispânica nos séculos XVI e XVII”, de Andréa Daher; “Da fala à História: notas em torno da legitimidade da fonte oral”, de Chiara Vangelista, e “Oralidade e memória em projetos testemunhais”, de Marieta de Moraes Ferreira, ambos publicados na coletânea *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*.

O texto de Manoel L. Salgado Guimarães apresenta uma abordagem inicial sobre a produção da narrativa histórica a partir da experiência vivenciada por Ulisses em suas viagens e o confronto do mesmo ao ouvir as narrativas de sua vivência, não sendo reconhecido como a pessoa que as vivenciou.

O autor enfoca o papel da narrativa no processo de ordenação do conjunto de experiências vividas, a partir de certos dispositivos que a tornarão compreensíveis aos leitores. Salienta que esse processo acarreta a domesticação do passado para atender demandas do presente. A análise do estudo está voltada para a tensa relação que se estabelece entre o vivido e o narrado, a exemplo da experiência de Ulisses. Apresenta o século XIX como sendo um momento de disciplinarização da história, com sua ênfase no estudo

do passado para a compreensão do presente. Passado como explicação do presente e preparação para o futuro.

Aborda ainda as idéias defendidas por Humboldt que defende a história como produção do historiador que para isso combinaria pesquisa, imaginação, empiria e poesia. Neste sentido, descentramento e estranhamento são elementos essenciais na construção da historicidade frente a um mundo em transformação. Salienta a herança da Revolução Francesa na consolidação dos estados nacionais, onde a disciplina de História cumpriria o papel de controladora do passado, ajustando-o ao presente, visando à construção de um novo tempo a partir de suas referências passadas. Para isso usa o conceito de operação historiográfica de Michel de Certeau na qual o passado é domesticado para atender as necessidades do presente, criando laços de memória.

Ao se referir a Guizot no século XIX, salienta que o mesmo defendia a idéia de que o passado deveria ser administrado pelo Estado para a consolidação da sociedade, defendendo a necessidade de preservação e estudo dos inúmeros monumentos históricos existentes na França e o uso político dos mesmos para a construção de uma identidade coletiva.

O autor finaliza o texto analisando duas falas: a primeira de Richard von Weizsäcker, proferida em 1985 por ocasião dos 40 anos do fim da Segunda Guerra; a segunda do Presidente Lula, de 2004, ao se referir aos 40 anos do golpe militar. A preocupação das duas falas recai sobre a ênfase dada pelos dois políticos sobre a necessidade de enfrentar o passado histórico. A primeira soa quase como uma advertência sobre a importância de não esquecer o passado para evitar as atrocidades da guerra. Na segunda, a ênfase está voltada aos historiadores como responsáveis para fixar a justa memória dos acontecimentos e personagens pertencentes ao período militar. Questiona: esta não seria uma demanda adequada ao exercício do poder?, para o qual os historiadores são convocados para, através da operação historiográfica, livrar o presente das disputas do passado e ser apenas presente. Encerra o texto

argumentando que nesse sentido os historiadores seriam como Ulisses, escondendo as lágrimas para que a história pudesse ser narrada.

O segundo texto, “Dos intérpretes aos especialistas: a gramaticalização e a dicionarização das línguas indígenas da América portuguesa e Hispânica nos séculos XVI e XVII”, de Andréa Daher, aborda o uso das línguas indígenas pelos missionários no processo de evangelização na América. Defende que as mesmas foram usadas com o sentido de uma teologia política. Esse processo é analisado na evangelização dos indígenas do Brasil e do Peru.

Para a autora, a dificuldade de comunicação, aliada a necessidade de catequização dos indígenas, levou os missionários a criar estratégias, como o aprendizado e adequação das línguas nativas, para a consolidação da mesma. Para tanto, tornou-se necessário o desenvolvimento do processo de gramaticalização e dicionarização das línguas americanas. Esse processo levaria, posteriormente, à imposição da língua espanhola e portuguesa.

Explicita que um dos aspectos que sustenta o caráter teológico-político da conversão nas línguas indígenas está no fato de que, para os missionários, a língua podia ser definidora da conversão dos índios. Para isso ser efetivado, era necessário transformar as representações gráficas dos índios do Peru em representações ocidentais. No caso brasileiro, o caráter ágrafo da cultura indígena era visto como uma língua “faltosa”, significando falta de fé, lei e rei, ou seja, uma língua bárbara, sendo necessário a adequação da mesma às categorias vernáculas, pois sua língua é “muda”.

A autora salienta que tanto as atas do III Concílio Limense, quanto o do Tridentino, orientavam os missionários da necessidade de que o catecismo fosse aprendido e memorizado de acordo com a capacidade do povo que o recebe. Por outro lado, há uma forte referência ao texto bíblico onde o missionário, ao aprender novas línguas, torna-se herdeiro direto dos Apóstolos, recebendo o dom das línguas no dia de Pentecostes, para anunciar a palavra de Cristo.

Para a autora, no caso brasileiro, as práticas lingüísticas foram modeladas pela “redução gráfica e gramatical” das línguas indígenas realizadas pelos jesuítas, sem, no entanto, estar ligada a uma política reconhecida e sustentada por Roma. No caso do Peru, houve uma determinação desse processo através dos Concílios Provinciais, contrastando com a política da Coroa espanhola que era de imposição do castelhano.

Por fim, a autora argumenta que o esforço lingüístico processado pelos missionários na América foi resultado de uma experiência progressiva de “desbabelização” iniciada no século XVI.

No texto “Da fala à História: notas em torno da legitimidade da fonte oral”, Chiara Vangelista analisa a problemática que envolve o uso das fontes orais pelos historiadores. Para a autora, as críticas ao uso dessas fontes decorre do perigo representado pela “dupla subjetividade nelas contidas”. Para ela, o historiador constrói sua fonte, escolhendo os entrevistados, os assuntos a serem tratados. Do outro lado está o depoente, que carrega uma visão subjetiva, pessoal e parcial da realidade.

A autora tece duras críticas às tentativas de objetivação do subjetivo através da transcrição dos depoimentos, onde são anotados todos os aspectos presentes na fala como perguntas, respostas, pausas, risos etc., revelando um exercício de poder da escrita sobre a fala. A crítica refere-se também a redução da entrevista a uma espécie de questionário oral, não possibilitando ao entrevistado a oportunidade de espaço suficiente para a gestão do seu próprio depoimento. Essas formas de condução das pesquisas, não representam formas adequadas de construção duma fonte histórica a partir do depoimento oral.

Salienta que a fonte oral apresenta problemas para os quais o historiador deve ter cuidado ao analisá-las, transformando-as em conhecimento histórico. Nesse sentido, se o historiador realizar a análise sem o uso adequado da crítica como ferramenta principal, o mesmo transforma-se em mero tradutor ou porta-voz do entrevistado, negando assim a história.

No capítulo “Oralidade e memória em projetos testemunhais”, Marieta de Moraes Ferreira apresenta uma análise da oralidade a partir de projetos testemunhais desenvolvidos em vários países, ouvindo envolvidos em episódios como guerras, atentados, etc. e o envolvimento dos historiadores no processo de escrita da história a partir dos relatos. Aponta que a intenção dos projetos testemunhais não é avaliar os resultados políticos, mas analisar os mesmos para a escrita da história do tempo presente e para reflexões próprias da disciplina histórica.

Salienta que a memória em si não é boa nem má, podendo ser desvirtuada em função de certos objetivos, para preservar uma memória ou para justificar ações violentas. Analisa a sacralização da memória em algumas sociedades como forma de negar a interlocução com o presente, cristalizando um passado e relacionando o mesmo com a identidade do grupo. Por outro lado, existe o processo de banalização, em que o presente é visto como uma repetição do passado.

Para a autora, o perigo da sacralização e da banalização reside no reforço dado pelas mesmas à perpetuação de rótulos como o do herói, da vítima ou dos moralizadores. Reforça a idéia de que em vez de uma militância pela memória, seria necessário pensar em um trabalho sobre a memória.

Aponta que o historiador, ao analisar os eventos do passado com os dados oriundos dos testemunhos orais, através dos instrumentos da história, pode propor uma mudança de perspectiva do dever de memória para o trabalho com a memória. Argumenta que o historiador não tem o monopólio sobre a memória, mas detém os instrumentos para lidar com as questões relacionadas à mesma. Conclui afirmando que a análise sobre os fatos ocorridos e a reflexão sobre os mesmos será resultado de um esforço de escrita da história. Um trabalho sobre a memória, mas próprio da história.

Recebido em abril/2007.

Aprovado em junho/2007.